

Atualizações sobre ICMS - Propostas de Reformas

V AVISULAT

Luiz Antônio Bins
Secretário-adjunto da Fazenda
Porto Alegre, 22 de novembro de 2016

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

- ✓ Reforma Tributária
- ✓ Propostas em Andamento
- ✓ Guerra Fiscal
- ✓ Desafios e Obstáculos
- ✓ Posição do Rio Grande do Sul

Reforma Tributária

- ✓ Recorrência
- ✓ Necessidade
- ✓ Dificuldade
- ✓ Reforma Fatiada
- ✓ Custo político-institucional limitado – preservação da Federação
- ✓ CETRIBUT – Comissão Especial da Reforma Tributária (relator Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR)

Propostas em Andamento Principais Projetos

Reforma ICMS (operações interestaduais e guerra fiscal):

- ✓ PRS 01/2013 – Redução Gradativa das alíquotas interestaduais ICMS (até 4%, prazo máximo de 8 anos):
 - ✓ *Condições: fundos e convênio benefícios*
 - ✓ *Aprovado na CAE; na CDR desde mai/15; parado desde jul/2016*
- ✓ PLS 106/2013 – Fundo de Compensação de Perdas (transferências obrigatórias pelo prazo de 20 anos) e Fundo de Desenvolvimento Regional (MP 599/2012):
 - ✓ *Condições: redução alíquotas e convênio benefícios*
 - ✓ *CAE encaminhou à CCJ para análise de constitucionalidade; parado desde mar/2015*

Propostas em Andamento

Principais Projetos

- ✓ PLP 54/2015 (ex PLS 130/2014) – Estabelece as condições para celebração de Convênio ICMS para a remissão, anistia e reinstituição de créditos tributários
 - ✓ *parado desde 03/2016; com pedido URGÊNCIA, podendo entrar em votação a qualquer momento*
 - ✓ ***Alterou condições acertadas pelos Estados***
- ✓ Convênio ICMS 70/2014 – Dispõe sobre as regras a serem observados em Convênio que trata da convalidação de Benefícios Fiscais (remissão, anistia e reinstituição)
 - ✓ *Condições: redução alíquotas, fundos, comércio eletrônico e mudança indexadores Dívidas Estados*
 - ✓ *parado desde 03/2016; com pedido URGÊNCIA, podendo entrar em votação a qualquer momento*

Propostas em Andamento Principais Projetos

- ✓ PRS 55/2015: Fixa alíquota máxima para cobrança do ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação (18% ou 12%):
 - ✓ *Já aprovado na CAE; pronto para Plenário; parado desde julho 2016*

Propostas em Andamento Principais Projetos

- ✓ Reforma Tributária Ampla (Relatório Dep. Hauly)
 - ✓ Ainda não apresentado formalmente
 - ✓ Linhas Gerais – distribuição competências
 - ✓ União: IR, II, IE, CIDE, CMF, Contribuições Previdenciárias
 - ✓ Estados: IVA, Imposto Seletivo (legislação federal), Superfisco Estadual, fiscalização pelos estados e Distrito Federal
 - ✓ Municípios: IPTU, IPVA, ITR, ITBI, ITCD (regulado por lei federal)
 - ✓ Partilha da arrecadação garantindo a participação na arrecadação dos últimos anos

✓ Causas

- ✓ Receita parcialmente para a origem
- ✓ Falta de política nacional desenvolvimento regional
- ✓ Falta de mecanismos de punição nos casos de descumprimento da LC 24/75 (normas CONFAZ)

✓ Consequências

- ✓ Esvaziamento do CONFAZ
- ✓ Insegurança Jurídica para Investidores
- ✓ Deteriorização da base tributária estadual pela concessão de benefícios em prejuízo das finanças de outros estados
- ✓ Distorções na localização de investimentos
- ✓ Esgotamento do modelo atual

Desafios e/ou Obstáculos

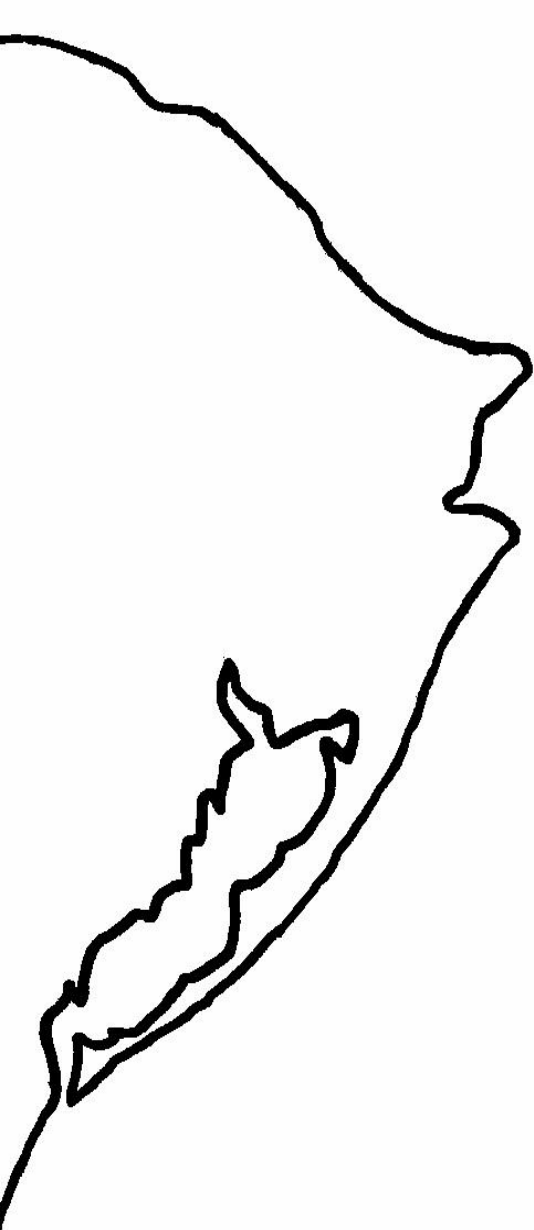
- ✓ Autonomia Financeira e não aumento da dependência da União para Entes Subnacionais
- ✓ Manutenção de instrumentos para a atração de investimentos
- ✓ Desconcentração de investimentos (substituição das regiões mais desenvolvidas do País e dos maiores mercados consumidores)
- ✓ Compensação suficiente para os estados que tiverem perdas de arrecadação
- ✓ Aprovação das medidas em bloco ou fatiadas?
- ✓ Transição longa resolve ou acomoda os efeitos econômicos e financeiros para os Estados?

Posição Rio Grande do Sul

- ✓ Apoio ao Convênio 70/2014, ao PRS 01/2013 e ao PLS 106/2013 e contra a aprovação do PLP 54/2015
- ✓ Garantia de autonomia financeira para os entes da Federação
- ✓ Preservação de competência tributária
- ✓ Compensação financeira aos entes que tiverem perdas de arrecadação

Posição Rio Grande do Sul

- ✓ Revisão dos critérios de partilha das receitas compartilhadas
- ✓ Desenvolvimento regional – Fim da guerra fiscal
- ✓ Tratamento diferenciado para áreas deprimidas de estados considerados desenvolvidos (p.e., metade sul do Rio Grande do Sul)
- ✓ Simplificação das obrigações acessórias, mediante maior harmonização da legislação tributária (redução de custos aos contribuintes)



GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TO
DO
OS

PELO RIO GRANDE

Luiz Antônio Bins

Secretário-Adjunto da Fazenda
Estado do Rio Grande do Sul